



## **A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: DA FUNDAÇÃO “MODERNIZADORA” À ABORDAGEM DE GÊNERO NO SERTÃO DA PARAÍBA.**

Maria do Carmo Soares D’Oliveira<sup>1</sup>  
Dayse Reys<sup>2</sup>  
Irenilda de Souza Lima<sup>3</sup>

### *Introdução*

Nosso artigo se refere à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Território Sertão do Cariri, no semi-árido, do Estado da Paraíba enquanto abordagem de gênero. Tratamos o tema em três tópicos, no primeiro buscamos apresentar o histórico da ATER na região, discutindo qual o contexto político e econômico de sua fundação, bem como, a concepção que norteou esta ação e como foi realizada localmente.

Em uma segunda parte, apresentamos as diferentes configurações que o exercício da assistência técnica tomou desde a sua fundação na região do Cariri, em 1960. Partindo do exercício da Extensão Rural como um meio de acesso ao crédito na perspectiva da modernização da agricultura, bandeira defendida à época; percorremos as experiências dos programas e projetos especiais como o Programa de Irrigação Nacional (PIN), o Projeto Sertanejo que começaram nos anos de 1970, mas, não conseguiram se quer manter-se e foram encerrados em meados dos anos de 1980; depois disso, em decorrência do processo de redemocratização do país, chega-se aos desenhos mais atuais com o Projeto LUMIAR nas primeiras áreas de assentamento de reforma agrária instaladas na região, no final dos anos de 1990; as demandas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a proposição de uma Assessoria Técnica Permanente (ATP) apresentada pelo Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), nos anos 2000.

Por fim, discutimos a abordagem de gênero realizada com as mulheres no território, a partir de 2003, e pontuamos os desafios postos à Extensão Rural frente às exigências da viabilização do desenvolvimento territorial.

---

<sup>1</sup> Mestranda do POSMEX (UFRPE), técnica do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pesquisadora do RIMISP. Brasil [mariacsdoliveira@gmail.com](mailto:mariacsdoliveira@gmail.com)

<sup>2</sup> Assessora de Gênero e Geração do PDHC, MDA, Brasil. [dayse@dom.gov.br](mailto:dayse@dom.gov.br); [dayserr@hotmail.com](mailto:dayserr@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Ciências da Comunicação, pós-doutorado pelo INRA – França e professora da UFRPE no POSMEX, Brasil. [irenilima@hotmail.com](mailto:irenilima@hotmail.com)



### *O contexto*

O contexto político e histórico de implantação da assistência técnica no Cariri ocorre no pós-guerra, demarcado pela hegemonia da opção produtivista concebida pela denominação de “Revolução Verde”. Idealizada como sendo a forma para alcançar o incremento da produção, se valia, notadamente, do uso de pacotes tecnológicos como recursos primorosos ideados para incentivar o uso de agrotóxicos, defensivos e sementes tidas como melhoradas, entre outros meios tecnológicos empregados para “modernizar” a agricultura.

Nesse período, que coincide com a fundação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956, esta em curso uma trajetória polissêmica da Extensão Rural no Brasil, de acordo com elaboração realizada por Callou (2006, p. 90). Para o autor, este período é caracterizado pela gradativa substituição do suporte técnico e financeiro, numa perspectiva educativa-comunitária, por uma proposta com enfoque produtivista, voltada para a difusão de inovações tecnológicas com o objetivo de promover a chamada “modernização” da agricultura brasileira, assim, aos poucos a extensão vai limitando suas atividades consideradas “educativas” e as ações baseadas em uma “filosofia humanista”, ou seja, vai deixando de enfatizar aquelas intervenções de caráter não econômico, como explica

[...] para se dedicar a uma agricultura mais ‘dinâmica’, mais ‘desenvolvida’. Quer dizer, uma ‘agricultura moderna’ de caráter químico e mecânico, com um sistema de recursos creditícios, agora de caráter orientado, particularmente em regiões consideradas mais promissoras. Não é ao acaso, por exemplo, que a Extensão Rural dá as costas ao movimento camponês no Nordeste, representado pelas ligas camponesas [...] (CALLOU, 2006, p. 93)

No cenário internacional, a ATER adotou práticas que demarcaram uma experiência fundamentada na difusão e na inovação, como assinalam Lima e Roux (2008) que o modelo de assistência técnica e extensão rural tinha como base a Teoria da Difusão de Inovações e nos tradicionais pacotes da chamada Revolução Verde. As técnicas e os métodos com base na comunicação do tipo persuasiva deram suporte à implantação de práticas convencionais de agricultura, na linha da produtividade, dependência do uso de insumos agroquímicos e implementos agrícolas e a não valorização dos saberes locais e de práticas agrícolas tradicionais já existentes. Como apontam estes autores, as intervenções da Assistência Técnica e Extensão Rural configuraram-se na opção por um público de produtores rurais, evidentemente proprietários de terras, considerados aptos e capazes de assimilar e adotar as inovações tecnológicas, embora o discurso fosse de uma assistência técnica voltada para todos.



Essa idéia de modernização tendo como sustentação o reforço à “Revolução Verde” frente às ameaças da “Revolução Vermelha” (BURSZTYN, 1984, p.136), no caso do Brasil, se fortalece após o golpe de Estado e a instalação da ditadura militar, em 1964. A estratégia da “modernização da agricultura” é utilizada pelo governo central como um instrumento para sua legitimação e como um canal para alianças com o poder local, em respostas às pressões por reformas de base, e para fazer face à organização da classe trabalhadora, com destaque, o poder político conquistado pelas Ligas Camponesas no Nordeste.

### *Extensão Rural no Cariri*

A ação da Extensão Rural iniciou na microrregião do Cariri Ocidental, mesorregião da Borborema, no Estado da Paraíba, através da ação da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), com a instalação de escritórios nas cidades de Monteiro, Sumé e Serra Branca, nos anos de 1960. Estas unidades ficaram encarregadas de fazer o atendimento aos demais municípios da região. A estrutura básica de um escritório era formada por um técnico agrícola<sup>4</sup>, um engenheiro agrônomo, responsável por chefiar o escritório, funções estas exercidas por homens; além destes profissionais também contavam com uma auxiliar de escritório com a atribuição de cuidar de toda infra-estrutura material e burocrática para o funcionamento das atividades, papel em geral destinado a uma mulher; só mais tarde é que entram em cena outras mulheres, em grande parte assistentes sociais, para executar o papel de extensionistas rurais junto às esposas dos agricultores. O momento de implantação Extensão Rural na região é atrelada a macro estratégia adotada no país, de priorizar a realçada “modernidade” e difusão de tecnologias para melhorar a produção rural. Na prática, verifica-se que estas concepções se realizavam através de uma ATER direcionada para médios e grandes proprietários, em larga medida detentores de capacidade de trânsito e de influência política, apropriados de um capital social, capaz de garantir espaço e influência nas estruturas de poder local, e particularmente, ter acesso ao sistema bancário, condição para poder se tornar beneficiário do crédito bancário.

Desse modo, a Extensão Rural se estrutura para prestar serviços a diferentes perfis de agricultores, e criadores, como narram funcionárias que à época trabalhavam em escritórios da ANCAR, e depois EMATER afirmando a pretensão dos funcionários(as) “para atender a pequenos, médios e grandes, indistintamente”.

---

<sup>4</sup> O profissional da época era formado como técnico agrícola, a instituição do ensino para titulação como técnico em agropecuária é mais recente.



No entanto, o trabalho hegemônico da assistência é direcionado para a pecuária semi-extensiva, e extensiva, de gado bovino e para a cultura do algodão, curiosamente, as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos grandes proprietários de terra da região. O caso da pecuária é nomeada por Bursztyn como “bovinização” que mostra como o crédito destinado a esta atividade na Região Nordeste passa a ser incentivado, particularmente, no período pós 1964. Antes a prioridade era o financiamento da agricultura, na perspectiva da produção de alimentos, todavia, nos anos de 1964 a 1969 há uma inversão de prioridade na destinação do crédito e a pecuária cresce em cerca de trinta vezes (BURSZTYN, 1984, p. 42). Com efeito, as formas de financiamento adotadas pelo Estado favoreceram os grandes proprietários. Esta constatação confirma que, neste contexto, a ATER contribuiu para viabilizar o que Graziano nomeia como um processo de “modernização dolorosa” que se voltou para beneficiar as grandes unidades produtivas, em larga medida favorecidas pelo incentivo ao uso de insumos modernos, fortemente subsidiados, que valorizou as culturas tidas como “modernas”, ampliando a sua lucratividade. Alertando os “profetas da modernização” sobre os efeitos da “Revolução Verde”, o autor mostra

“No caso brasileiro, fica mais ou menos claro por que as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade.” (SILVA, 1986, p.30).

Portanto, a referida “modernização” não alcançou as questões fundamentais relacionadas à condição desigual de acesso à posse da terra dos(as) agricultores(as), das relações de produção, muitas vezes semi-escravas. Ao contrário, nas terras agricultáveis a produção de alimentos foi substituída pela pastagem em detrimento do emprego.

Referindo-se a destinação dos recursos investidos pelo Estado na região do Cariri nos anos de 1980, estudo de Cristina Marin (1985) sobre o Município de Serra Branca, indica a apropriação dos benefícios por parte dos representantes do poder local, e analisando a atuação das organizações estatais EMATER, CIDAGRO, Projeto Sertanejo, Banco do Brasil e Banco do Estado da Paraíba (PARAIBAN), diz esta autora

“Tais instituições são, antes de mais nada, agentes repassadoras de recursos e tecnologia definidos pelo governo central, com o objetivo declarado de capitalizar produção local e assim promover socialmente a população. Isto não significa que os benefícios não sejam apropriados quase que exclusivamente pelas classes dominantes locais, até mesmo se direcionando os financiamentos de acordo com os seus interesses.” (MARIN, 1985, p. 203)

Desse modo, fica aclarado como a ditadura militar, instalada no Brasil com o golpe de Estado de 1964 lança mão da apregoada “modernização” da agricultura brasileira, sob o alibi do desenvolvimento e na busca de legitimidade, favorece a acentuação das desigualdades no país,



evidentemente, em detrimento dos mais pobres. Neste sentido, analisando as políticas específicas para o desenvolvimento da agricultura no Nordeste, explica Sorj:

“Ao nível do discurso ideológico, o Governo ainda mantém como um dos seus objetivos a resolução dos problemas sociais do Nordeste, embora sempre coloque essa preocupação conjuntamente com a de assegurar maiores níveis de eficiência. Os programas específicos não chegaram a ter separadamente ou em conjunto o mesmo impacto que as políticas gerais para o setor agrícola, e favoreceram claramente os médios e grandes produtores.” (SORJ, 1986, p.99).

Para Bursztyn (1984) o Estado brasileiro promoveu a criação de programas com o objetivo de viabilizar estratégia de apoio à modernização da agricultura. Nos anos de 1970, no Nordeste, além da implantação do Plano de Irrigação Nacional (PIN) com os perímetros irrigados também adotou outros programas, assinala o autor:

“A criação de uma série de programas de desenvolvimento regional - dos quais os mais importantes são o POLONORDESTE e o Projeto SERTANEJO - reforçam a concepção oficial de atacar os males da ‘região-problema’ a partir do agro”. (BURSZTYN, 1984, p. 104).

No Cariri, com esta perspectiva modernizadora foi instalado o Perímetro Irrigado de Sumé contemplando um conjunto de 46 colonos, onde antes viviam 73 famílias. Demonstrando que esta ação vai beneficiar diretamente um número de pessoas menor do que antes viviam nesta área de várzea que, no Sertão, são densamente povoadas. Estes colonos são alçados à condição de produtores modelo, uma espécie de “farmers” (BURSZTYN, 1994, p.93).

Por outro lado, na expectativa de garantir a extensão do benefício da “modernização subsidiada” a todos, ou como diz Marcel Bursztyn, e no intuito criar uma “pax agrarie” com os proprietários tradicionais, nos anos de 1970, é fundado o Projeto Sertanejo. Porém, estas iniciativas tiveram pouco êxito, a restrição no crédito combinada com as intempéries climáticas fez com que a região do Cariri termine a década de 1980 em uma posição ainda mais desfavorável, estava inviabilizada a produção do algodão, o Perímetro Irrigado de Sumé que era tido como um exemplo de sucesso não se sustentou e como o Projeto Sertanejo encerrou suas atividades em meados da mencionada década. Nesse contexto, as agricultoras eram consideradas donas de casa e suas atividades eram tidas como ajuda às tarefas desenvolvidas pelos seus maridos, não havia reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e como pessoas que exerciam funções específicas na estrutura produtiva e no arranjo familiar.



### *Rupturas e Continuidades*

A ruptura com esta concepção de Extensão Rural é demarcada a partir da publicação de *Extención o Comunicación?*, de Paulo Freire, em 1969, durante seu exílio no Chile. Esta publicação tem repercussão no cenário latino-americano, entretanto, no Brasil, vivendo-se no período autoritário, não havia condições políticas para se conceber um projeto que incluísse uma assistência técnica e extensão rural pautada em uma relação dialógica; tampouco havia um entendimento de uma ATER como direito dos/as cidadãos/ãs agricultores/as, a hegemonia estabelecida no Estado brasileiro fizera uma opção clara por um modelo de modernização da agricultura, pela abertura das fronteiras agrícolas, pelas grandes *plantacion*. Na região em análise, esta escolha implicou, notadamente, no fortalecimento do latifúndio e no aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais da população do campo.

### *ATER's Atuais*

No início dos anos de 1990, como efeito da redemocratização e da criação de novas oportunidades de acesso ao crédito, pela constituição de 1988, começa a operacionalização do Fundo constitucional para o Nordeste (FNE), e com isso, as atividades de crédito rural voltam a ser impulsionadas no semi-árido. No Cariri, ao mesmo tempo em que entra em funcionamento o FNE, também começa o Programa de Apoio a Geração de Renda (PROGER), principalmente através do Banco do Nordeste (BNB), que favorece a elaboração de projetos e ampliação do acesso ao crédito a agricultores e empreendedores locais.

Nesse contexto, a atuação da EMATER tem suas principais atividades direcionadas para elaboração de projetos com a finalidade de permitir às famílias agricultoras captarem os recursos do FNE e depois do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) e a assistência prestada aos agricultores, em grande medida, consiste no acompanhamento à aplicação dos recursos do crédito oficial.

Mas, consideramos que o marco histórico nesse processo é a instalação das primeiras áreas de assentamento, no Cariri, por meio de desapropriação de terras e a entrada em operação do PRONAF que vão se constituir em dois instrumentos fundamentais para democratização do acesso a terra e ao crédito. Isto produz efeitos na forma dos agricultores terem a possibilidade de se sentir com direito a ter direitos de obter acesso à terra com possibilidade de recursos para trabalhar,



situação antes vista como algo (con)sagrador de poder e, notadamente, de legitimidade afeitos a uns poucos privilegiados.

Decorrente da reforma agrária começa uma nova experiência de ATER, através do Projeto LUMIAR concebido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para prestar assistência às famílias assentadas, nas atividades da produção agrícola e pecuária, propondo-se como inovador o fato das famílias assentadas serem participantes ativas dessa ação. Equipes deste projeto atuaram nas primeiras áreas de assentamento do Cariri até início dos anos de 2000.

A partir de 2001, o Projeto Dom Helder Camara (PDHC) instala o território do Cariri, em decorrência das áreas de assentamento que já existiam na região. Este projeto governamental, resulta de um acordo de empréstimo entre o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA e a República Federativa do Brasil é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A sua intervenção é direcionada a adoção de uma cultura de “convivência com o semi-árido” e tem por objetivo geral “Fortalecer processos locais, participativos e solidários, de construção social do desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras.” (PDHC, 2008, p.5)

Orientado por este propósito, na área da ATER o projeto propõe uma mudança na concepção da assistência técnica, a compreensão do PDHC é romper com a tradição de ATER voltada para difusão e inovação tecnológica com fim único de modernizar os agroecossistema. Para tal fim, Sidersky e Jalfim explicam que a metodologia adotada enfatiza o enfoque participativo, a produção de conhecimento, a atuação territorial e destacam como elemento inovador “os aspectos de gênero, geração e etnia”. (SIDERKY JALFIM, 2009, p. 24-32)

O formato de execução do projeto é realizado através das parcerias estabelecidas com organizações contratadas para execução das atividades de assessoria técnica, são ONGs denominadas como Parceiras de Execução Direta (PED), há também uma ação concebida para um trabalho focado na construção de uma abordagem de gênero no território, sob a responsabilidade de ONGs nomeadas “referenciais de gênero”. Além disso, também foi criada a categoria de “Mobilizadores Sociais” fruto de parceria com organizações dos trabalhadores com a finalidade de ampliar o apoio à gestão social do projeto e a discussão das políticas públicas.

### *ATER e a abordagem de gênero*

Neste contexto consideramos importante refletir sobre o lugar das mulheres nas ações de desenvolvimento na região do Cariri, compreendemos ser oportuno direcionar nosso olhar para as



especificidades da relação entre a ATER e a construção de uma abordagem de gênero no território. As atividades da Extensão Rural destinadas às mulheres, historicamente tinham como concepção uma divisão entre o “trabalho social”, realizado pelas assistentes sociais e extensionistas sociais e o serviço produtivo, realizado por técnicos agrícolas e agrônomos, em geral homens.

No território do Cariri, desde 2003, foi iniciada a ação das ONGs referenciais de gênero Cunhã – Coletivo Feminista e o Centro da Mulher 8 de Março (CM8M) . Esta intervenção é concebida como uma proposta político-pedagógica, denominada de “projeto *Semeando Gênero no Semi-Árido paraibano*”, o foco da ação está relacionado à organização e ao empoderamento das mulheres.

Nessa intervenção dois diagnósticos realizados no período entre 2003 e 2007, pelas ONG’s parceiras do PDHC nas atividades de gênero, revelam como as mulheres avaliam a assistência técnica oferecida no Território. Dados do diagnóstico de 2007, denominado de *Marco I*, constataam que 58% das mulheres afirmam ter tido acesso a algum tipo de assistência, com predominância as atividades voltadas para a elaboração de projetos e de orientações direcionadas ao apoio aos processos organizativos. Assim, identifica-se que a avaliação de 52% de mulheres considera que este trabalho é “de grande importância” para as suas atividades, enquanto 34% julgaram como sendo um trabalho “mais ou menos” e um percentual de 8% aprecia como uma intervenção que “não serviu para muito” (CENTRO 8 DE MARÇO e CUNHÃ, 2007, p.41). Entretanto, estes números indicam um avanço positivo em relação às informações registradas no *Marco Zero*, realizado em 2004, quando foi identificado que, em geral, não havia assistência técnica direcionada às atividades realizadas pelas mulheres; na ocasião verificou-se um percentual de apenas 1% de mulheres que tinham recebido assistência. (CENTRO 8 DE MARÇO e CUNHÃ, 2004, p.20).

Referindo-se a esta ação no território, Silvia e Oliveira (2009) lembram que as assessoras de gênero procuram capacitar e motivar as mulheres para “ocupar os espaços de participação política, e de controle social, nas instâncias de poder da comunidade, no território e em espaços estaduais e nacional.” (SILVA e OLIVEIRA, 2009, p.64). Assim, a possibilidade da intervenção de gênero voltar-se para as ações territoriais é fundamental para produzir uma capacidade de aprendizagem e de informação, como enfatiza Abramovay (2007), é necessário que a intervenção da Extensão Rural ocorra no sentido de uma abordagem territorial e não setorial, insiste este autor:

“[...] é aí que reside o segredo da abordagem territorial - há um tecido social a ser valorizado pela ação pública que exige cooperação entre os atores, para que consigam implantar um conjunto de bens públicos capazes de valorizar o que o território tem de melhor (ABRAMOVAY, 2007, p.11)



Diante disso, estamos de acordo com Abramovay no sentido de entender que um desafio central para a atividade da Extensão Rural, na atualidade, é compreender a complexidade e a diversidade das regiões rurais e direcionar as suas ações para a construção das relações econômicas e políticas necessárias aos processos de estruturação do desenvolvimento territorial.

Neste sentido, consideramos que a intervenção com a abordagem de gênero vem tendo a preocupação de discutir os diferentes contextos e situações, ao tratar questões relacionadas à organização das mulheres em grupos produtivos e também em grupos de formação política; ao mesmo tempo em que fazem o debate sobre saúde da mulher e o combate a violência, não descolam esta discussão da necessidade de acesso às políticas públicas; além do mais, o empenho por maior espaço nas instâncias de poder político como conselhos, fóruns, direção de organizações, entre outros, está vinculado à busca de participação efetiva nas decisões sobre a vida das mulheres, de suas famílias, nas escolhas de suas comunidades e no direcionamento de seu território.

### *Referências*

ABRAMOVAY, Ricardo. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas conseqüências para os processos de avaliação. XLV Congresso da SOBER, Londrina, 2007.

BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos: Planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis, RJ:Vozes, 1984.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão Rural: polissemia e memória. Recife: Editora Bagaço, 2006.

CENTRO, da Mulher 8 de Março e CUNHÃ, Coletivo Feminista. As mulheres nos assentamentos da reforma agrária e nas comunidades de agricultura familiar no semi-árido do Cariri Paraibano. Diagnóstico Sócio-Econômico. Monteiro, 2007.

CENTRO, da Mulher 8 de Março e CUNHÃ, Coletivo Feminista. Mulher, pobreza e teimosia. As Mulheres no Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-árido do Cariri Paraibano. Diagnóstico Sócio-Econômico. João Pessoa, 2004.

D'OLIVEIRA, Maria do Carmo Soares. Mulheres no Sertão da Paraíba: construindo um lugar no desenvolvimento territorial do Cariri. GT 15: Recomposições do Rural: territórios e identidades. XIV CISO - Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Recife, 2009.

LIMA, Irenilda de S.; ROUX, Bernard. As Estratégias de Comunicação nas políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar no Brasil. In: CIMADEVILLA,



Gustavo (comp.) Comunicación, tecnología y desarrollo: trayectorias/Comunicação, tecnologia e desenvolvimento: Trajetórias. 1ª. Ed. Rio Cuarto, Universidad Nacional do Rio Cuarto, 2008

PROJETO DOM HELDER CAMARA. Relatório Físico – Financeiro Ações Desenvolvidas 2008. Recife, FIDA e SDT/MDA, 2008.

SIDERSKY, Pablo e JALFIM, Felipe. A estratégia de assessoria técnica do Projeto Dom Helder Camara. Recife:Projeto Dom Helder Camara, 2009.

SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa; Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Segunda Edição. Zahar Editores, 1982

SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira.Coleção Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Segunda Edição. Editora Guanabara, 1986.